

historia: fronteiras



Vol. II

Eunice Nodari
Joana Maria Pedro
Zilda M. Gricoli Iokoi
(organizadoras)

Volume II



História: Fronteiras

XX Simpósio Nacional da ANPUH

Florianópolis-SC

Julho de 1999

ANPUH

Humanitas
FFLCH/USP

1999

ESTÂNCIAS BRASILEIRAS NA FRONTEIRA URUGUAIA NO COMEÇO DO SÉCULO XX

Susana Bleil de Souza
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Desde o início da década de 90, ruralistas rio-grandenses vêm intensificando o movimento de compra de novas terras boas e baratas na fronteira do lado uruguaio para a criação de gado e a plantação de arroz. Fugindo das dívidas e dos elevados juros praticados no Brasil, estes proprietários procuram comprar campos no corredor de 200 km de largura, que se estende ao longo dos 700 km de fronteira do Uruguai com o Rio Grande do Sul, para eles uma “imensa estância, com campos férteis e vazios”. Hoje, embora não haja dados estatísticos oficiais, estima-se que cerca de 300 produtores rurais brasileiros, a maioria agricultores de médio porte, descendentes de imigrantes alemães e italianos, do norte e do centro do Rio Grande do Sul, estão plantando arroz naquele país. Estas terras, entretanto, até a chegada dos brasileiros, foram utilizadas pela pecuária, praticamente a única atividade econômica da fronteira¹.

Entretanto, este fluxo de proprietários brasileiros que, na última década deste século, voltou a se intensificar, já foi uma preocupação para as elites intelectuais e políticas uruguaias durante o século passado. A presença de proprietários estrangeiros marcava os departamentos da fronteira, com o predomínio dos brasileiros.

Cinco são os departamentos uruguaio com os quais o Estado gaúcho se limita, fazendo com que as áreas de fronteira do Uruguai com o Brasil abranjam cerca de 17% do espaço nacional do Estado Oriental. Desta extensão, uma parte significativa é constituída por fronteira seca, fator que muito contribui para que as relações sócio-econômicas e culturais sejam muito dire-

tas entre as sociedades dos países, especialmente entre os núcleos urbanos. Além disso, os departamentos da fronteira uruguaia, ainda atualmente, são territórios de ocupação rarefeita, com densidade demográfica de seis habitantes por quilômetro quadrado². Nesta área, o processo de apropriação e de organização do território mostram um padrão comum em ambos os lados da fronteira, o que leva seus habitantes a terem uma percepção muito particular de sua situação em relação ao restante da sociedade de seu território. Existia uma singularidade na organização interna deste espaço em relação às trocas. Os fluxos eram típicos de uma produção baseada na pecuária extensiva, onde as tropas de gado se deslocavam, ora para abastecer os *saladeros* uruguaios, ora as charqueadas rio-grandenses. Este fluxo de homens e de mercadorias tem nos obrigado, nos vários estudos já realizados, a apreender este espaço levando em conta a porosidade fronteiriça, não necessariamente uma zona de confronto, mas um lugar de cruzamento, um espaço de reencontro, de procura, de travessia, de passagem, mas também de transgressão. Nosso estudo abordará a noção de fronteira enquanto espaço tangencial de dois Estados, sendo por isso percebida como “perímetro que contém um território nacional e que demarca os limites de expressão de um determinado Estado”³. A noção de fronteira apresenta, portanto, um caráter contraditório, “sendo confins e limite do país, tanto separa Estados quanto os põem em contato”⁴. Sendo o limite, o dado real, é ele que interrompe a continuidade material da região, e essa é percebida e vivida na fronteira, ao mesmo tempo que ignorada. E, no cotidiano fronteiriço, principalmente entre os núcleos urbanos vizinhos, a dinâmica das trocas e das relações sociais demonstram que as fronteiras platinas possuíam, desde o período colonial, uma importante articulação regional. O que vai conferir uma especificidade e uma dinâmica próprias e, ao mesmo tempo, distinguir os diversos tipos de fronteira entre si é, justamente, o processo histórico de construção de cada uma delas.

Neste contexto, o homem da fronteira tem uma mentalidade própria, onde predominam o sentido de interação, de interdependência, “pois para ele as noções de espaço e nacionalidade

de muitas vezes são tão abstratas quanto a idéia da existência de uma linha demarcatória que o separa ‘do outro país’⁵. É neste espaço fronteiriço e, principalmente, em seus núcleos urbanos, com uma “presença demográfica relativamente importante” e “uma estrutura social complexa”, que encontramos uma “integração informal sobrevivente às conjunturas políticas de fechamento e de corte”⁶. Variados são os fatores que alimentam essa convivência: relações de parentesco como as de casamento, atividades econômicas tanto de comércio quanto de contrabando e, por fim, uma história partilhada, onde a heroicidade dos personagens é construída por um imaginário comum e coletivo.

Do lado uruguaio, os departamentos ao norte do Rio Negro pertenciam, em sua maior parte, aos proprietários brasileiros⁷. Eram os estancieiros tradicionais, donos, em geral, de grandes propriedades, criadores predominantemente do gado *vacum* em lugar do ovino e que ainda mantinham o bovino *criollo* não mestiçado. A razão da permanência desta estrutura devia-se ao grande peso da demanda de gado que fazia a charqueada rio-grandense do outro lado da fronteira bem como a do litoral. Nos departamentos de Artigas, Salto, Tacuarembó, Cerro Largo e Rivera, onde estava arraigada a grande estância tradicional, o conservadorismo era um dos traços culturais marcantes. Para J. P. Barrán e B. Nahum, este fator influenciou com tanta intensidade, para que não houvesse mestiçagem, quanto a demanda feita pelas charqueadas. Ao lado do grande “hacendado tradicional” que, em geral, possuía um menor número de peões e acumulava campos e novilhos, sem investir em inovações estruturais, aparece, ao se falar em fronteira, o que Barrán e Nahum chamam de o “grande estanciero-caudilho”, como Aparicio Saraiva, figura emblemática do caudilhismo fronteiriço.

Conservadores, os grandes proprietários brasileiros, ao norte do rio Negro, continuaram, no início do século XX, a praticar a criação extensiva, sem refino do gado ou melhora das pastagens. Os departamentos por eles ocupados continuavam com baixos índices de densidade populacional, apresentavam uma escassa reinserção de seus excedentes, uma débil urbanização, uma rede deficiente de transportes e comunicações com o res-

tante do país, e nenhuma industrialização regional. O despovoamento da área fronteiriça continuava, ainda na primeira década do século XX, sendo uma característica demográfica definidora⁸.

“Terratenientes” progressistas, bem como um grupo de tendência minoritária e radical de jovens, que apoiaram a primeira presidência de Batlle y Ordoñez, acreditavam que as desigualdades sociais, o despovoamento, a monoprodução e a debilidade do Estado tinham como culpado o latifúndio ganadeiro. Eles optaram pela mestiçagem do *vacum* e a elaboração de novas e melhores carnes pelo moderno frigorífico como uma saída para os problemas enfrentados pela economia nessa fase⁹.

Assim, ao lado da modernização do Estado e do setor produtivo em seus segmentos mais tradicionais, orientalizar a fronteira norte do país era a meta de parte da elite intelectual e política do país. Naquela região encontravam-se as grandes propriedades mais tradicionais. O regime de propriedade da terra, além da monocultura pecuária eram, desde a última década do século XIX, considerados como responsáveis pela miséria rural, a instabilidade interna e o despovoamento do Uruguai¹⁰.

732

A macrocefalia urbana, representada por uma concentração demográfica no departamento de Montevidéu, enquanto o restante da população estava dividida entre outros núcleos urbanos departamentais e em número escasso nas zonas rurais, provocava o que se podia chamar de um “vazio” demográfico nos departamentos localizados ao norte do Rio Negro. Vários eram os fatores que contribuía para esse “vazio” demográfico: o sistema bipolar latifúndio-minifúndio, os exíguos salários rurais, o declínio das atividades produtivas do setor primário e o crônico absentismo dos produtores, especialmente dos proprietários.

As tentativas dos poderes públicos uruguaios de promover a imigração ao norte do Rio Negro não foram bem sucedidas. Os imigrantes que chegaram por volta de 1903-1904, por exemplo, concentraram-se na região Sul (Colônia, Canelones, San José e um pouco em Maldonado), e boa parte deles considerou mais lucrativo estabelecer pequenos negócios nos núcleos urbanos¹¹.

Em 1908, o governo do presidente Claudio Williman realizou um censo nacional. O último havia sido o de 1860 e contém

uma série de deficiências relacionadas com o número de habitantes e suas ocupações, com as propriedades e suas extensões e com a nacionalidade dos proprietários. O censo de 1908 foi mais completo, principalmente quanto à população. Por esse censo, constata-se a forte participação de proprietários estrangeiros e, nos departamentos de fronteira, a marcada presença de brasileiros. Esse censo possibilitou a visualização da importância do problema do latifúndio rural e da desocupação da mão de obra no interior do país¹².

Embora os governos colorados da época tenham tentado atacar os problemas agrários com medidas como o imposto progressivo sobre a propriedade da terra, o aumento dos impostos sobre heranças e planos de colonização para povoar a campanha, sua atuação foi débil e levantou a oposição dos grandes proprietários¹³.

Na realidade, embora tentativas de modernização tenham sido feitas nas duas primeiras décadas do século XX e a crítica aos proprietários latifundiários tenha sido aprofundada, as mudanças governamentais ficaram circunscritas ao âmbito urbano.

O Uruguai pecuarista, latifundiário e com forte dependência da demanda externa não pôde ser transformado pelas medidas propostas pelo Estado battlista¹⁴. Os grandes “*hacendados*” aglutinaram-se na defesa de seus privilégios e o battlismo, por seu caráter moderado, não conseguiu fazer frente aos latifundiários unidos aos grupos conservadores urbanos e ao imperialismo inglês¹⁵.

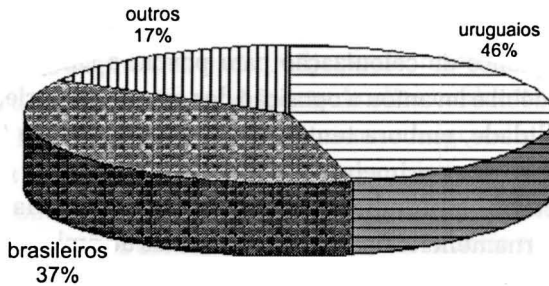
Julio Martínez Lamas que, no início do século XX, era responsável pela “*Dirección de Estadística y Censo*” comentando a crítica situação da campanha, despovoada, com condições inadequadas de vida do peão rural, comunicações deficientes e insuficiência de produção, acusava a insuficiência de capitais para estimular e promover a exploração intensiva, a subdivisão da terra e com ela a ocupação da população¹⁶.

A situação da campanha, de um modo geral, e principalmente a da porção norte do país, continuou com os mesmos problemas de escassa população e de grandes estâncias.

Com o Censo de 1908, podemos visualizar de maneira mais objetiva estas questões.

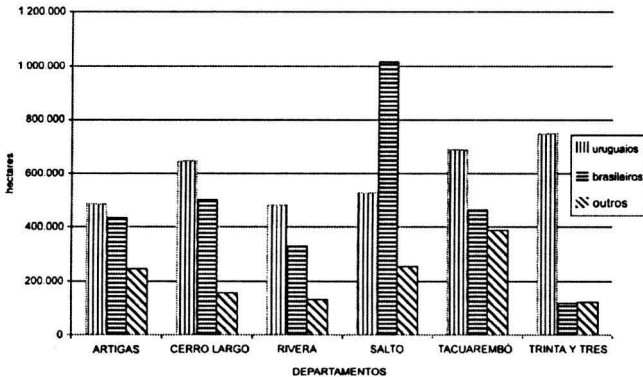
Nos gráficos abaixo percebe-se que mesmo no início do século XX ainda havia uma maior superfície dos departamentos de fronteira em mãos de estrangeiros (54 %), havendo dentre estes uma predominância maciçamente brasileira (37 %).

Superfície Total Departamentos de Fronteira

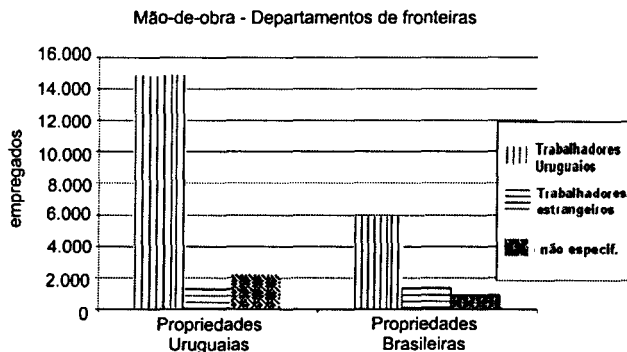


734

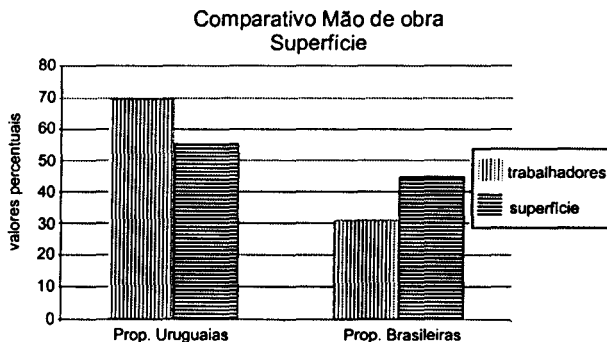
Superfície por nacionalidade



Quanto à mão-de-obra utilizada na fronteira, as propriedades uruguaias empregavam em torno de 15.000 pessoas. Mas, apesar da maior quantidade de empregados em propriedades uruguaias, eram as propriedades brasileiras que possuíam o maior número de trabalhadores estrangeiros especificados.

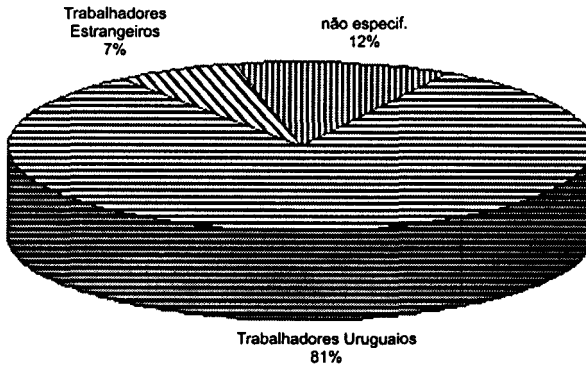


Como o gráfico abaixo demonstra, em uma comparação direta entre uruguaios e brasileiros, as propriedades uruguaias apresentam um número de trabalhadores muito maior que as propriedades brasileiras. Estes, por sua vez, possuíam cerca de 31 % da mão de obra para um percentual de 45 % de superfície, enquanto as propriedades uruguaias detinham quase 70 % dos trabalhadores.



Nos gráficos tipo “pizza” consegue-se visualizar melhor as diferenças percentuais entre a nacionalidade dos trabalhadores. Nas propriedades brasileiras era de cerca de 1/5 o percentual de estrangeiros, enquanto nas uruguaias não chegavam a 1/10 entre os trabalhadores especificados.

Mão de obra
Propriedades Uruguaias nos Departamentos de Fronteiras



736

Mão de Obra
Propriedades Brasileiras nos Departamentos de Fronteira

